



O Cardeal Joseph Ratzinger e a crítica a alguns aspectos da Teologia da Libertação

Bruno Fernandes Mamede*

bruno.mamede@usp.br

Resumo

Neste artigo procuraremos analisar os detalhes das críticas feitas pelo então Cardeal Joseph Ratzinger a alguns aspectos da Teologia da Libertação (TdL), especificamente quanto à utilização do marxismo. Esta reflexão é pertinente, sobretudo, por três razões: em primeiro lugar, pela reflexão do Cardeal sobre o conceito de “libertação”, compreendido na América Latina a partir desta nova teologia; em segundo lugar porque Ratzinger identifica o subcontinente como sendo o “centro de gravidade”¹ da Teologia da Libertação, embora esta não fosse um fenômeno exclusivamente latino-americano. Além disso, Ratzinger analisa a TdL como “uma forma de imperialismo cultural”, lembrando que não se trata de um produto original, mas apropriado de “intelectuais nascidos ou formados no Ocidente opulento”². O objetivo é, portanto, compreender melhor a crítica da Igreja à Teologia da Libertação.

Palavras-Chave: Ratzinger; Teologia da Libertação; América Latina.

Abstract

This article aims to analyze the details of the criticisms made by the then Cardinal Joseph Ratzinger of some aspects of Liberation Theology (LT), specifically its usage of Marxism. This reflection is relevant specially for three reasons: firstly, the Cardinal's reflection on the concept of "liberation", which is understood in Latin America from this new theology; secondly because Ratzinger identifies the subcontinent as the "center of gravity" of liberation theology, although it was not an exclusively Latin American phenomenon. Furthermore, Ratzinger analyzes the liberation theology as "a form of cultural imperialism", bearing in mind that this is not an original product, but appropriate of "intellectuals born or formed in the affluent West." Therefore, the goal to be achieved is the better understanding of the criticism of the Church to liberation theology.

Keywords: Ratzinger; Liberation Theology; Latin America.

* Mestrando do Programa de Pós-Graduação em História Econômica da Universidade de São Paulo.

¹ MESSORI, Vittorio; RATZINGER, Joseph. *A Fé em Crise?: O Cardeal Ratzinger se interroga*. Trad.: Pe. Fernando José Guimarães. São Paulo: E.P.U., 1985. p. 136.

² *Ibid.* p. 145.



Introdução

Neste artigo utilizaremos três documentos essenciais, ao redor dos quais toda a análise da posição de Ratzinger e, conseqüentemente, de Roma quanto à Teologia da Libertação será construída, a saber: o capítulo XII do livro-entrevista *A Fé em Crise?* (1984), onde Ratzinger respondeu a uma série de questões importantes sobre o tema, feitas pelo jornalista e escritor italiano Vittorio Messori, e onde também está contida uma reflexão pessoal de Ratzinger chamada *Algumas Observações Preliminares*³; a conhecida, mas frequentemente sub-analisada, *Instrução sobre Alguns Aspectos da “Teologia da Libertação”* (1984), ou *Libertatis Nuntius*⁴, onde a postura da Igreja, perante essa nova corrente teológica, é definida; e a *Notificação sobre o Livro “Igreja: Carisma e Poder. Ensaio de Ecclesologia Militante” de Frei Leonardo Boff, O.F.M.* (1985), na qual a *Congregação para a Doutrina da Fé* (CPDF)⁵, comandada por Ratzinger, concluiu o processo contra ele iniciado em 1982, cujo resultado foi a condenação do religioso a um ano de “silêncio obsequioso”. Percebe-se, portanto, que em um curto período a *Congregação para a Doutrina da Fé* e o Cardeal Ratzinger, pessoalmente, esforçaram-se para barrar o desenvolvimento deste ramo teológico, sobretudo na América Latina; o empenho rendeu frutos, pois a partir disso os teólogos ligados à TdL foram paulatinamente retirados de suas cátedras universitárias e seus trabalhos perderam o crédito para muitos católicos.

Essa perseguição densa e sistemática foi um desejo de João Paulo II (1978-2005), ávido por desestruturar o comunismo na Polônia, sua terra natal, e a própria URSS. Se o marxismo passou a ser o grande alvo do Vaticano, não era possível admitir que uma teologia o utilizasse como instrumento de análise ou sequer que oferecesse perspectivas para qualquer aprofundamento teológico; ou esta é apenas a primeira conclusão a que podemos chegar. No campo político, João Paulo II se aliou aos Estados Unidos, bem como procurou fortalecer de todas as formas a Democracia Cristã italiana e o Sindicato autônomo polonês *Solidarność*⁶; mas, no campo teológico, o Papa contava com um dos nomes mais prestigiados da teologia após o Concílio Vaticano II, o Cardeal Joseph Ratzinger. Três anos após ter se tornado o Prefeito da *Congregação para a Doutrina da Fé* (1981), Ratzinger iniciou uma sequência de intervenções e questionamentos sobre as bases gerais da Teologia da Libertação de corte marxista. O primeiro texto consistente ficou conhecido com o título *Eu vos explico a Teologia da Libertação*, mas como este foi

³ *Ibid.* p. 135-145.

⁴ Mensagem de Liberdade.

⁵ Denominação atual do antigo Tribunal do Santo Ofício da Inquisição.

⁶ “Solidariedade”. Conf.: BERNSTEIN, Carl; POLITI, Marco. *Sua Santidade: João Paulo II e a História Oculta de Nosso Tempo*. Trad.: M. H. C. Côrtes. Rio de Janeiro: Ed. Objetiva, 1996. p. 239-396.



popularizado a partir de uma entrevista concedida ao jornalista Vittorio Messori, onde encontramos seu conteúdo, faremos referência ao texto com o título utilizado nesta versão, *Algumas Observações Preliminares*.

Algumas Observações Preliminares

Na época em que Ratzinger concedeu a entrevista a Vittorio Messori, posteriormente transformada em livro, a Instrução *Libertatis Nuntius* já estava escrita, mas ainda aguardava a sua publicação. Entretanto, no lugar desta, já havia sido publicada, em março de 1984, uma reflexão teológica pessoal do Cardeal sobre a TdL, suas “Observações Preliminares”. Nesta análise Ratzinger se interroga sobre o que é propriamente a teologia da libertação.⁷ Em resumo:

Podemos dizer que a teologia da libertação pretende dar uma nova interpretação global do cristianismo: explica o cristianismo como uma práxis de libertação e pretende constituir-se, ela mesma, num guia para tal práxis. Mas, uma vez que, segundo esta teologia, toda realidade é política, também a libertação é um conceito político e o guia rumo à libertação deve ser um guia para a ação política. (MESSORI; RATZINGER, 1985, p. 136).

Assim ficou construída a primeira definição de uma TdL com viés marxista, um caminho para a “libertação”, sendo este conceito variavelmente compreendido dependendo do lugar. No caso da América Latina, o termo “libertação” está relacionado à libertação social, política e econômica. É importante salientar que, teologicamente, a expressão “libertação” está ligada à salvação dos pecados, à “redenção”, realidade que, segundo a análise do cardeal, a TdL considerava secundária. Aparentemente, Ratzinger retirou suas conclusões da obra de Gustavo Gutiérrez (1928)⁸, e a partir desta encontrou duas raízes principais da TdL: uma interpretação distorcida do Concílio Vaticano II e a teologia de Rudolf Bultmann (1884-1976)⁹, além da expressiva situação de miséria latino-americana, a qual destoava do estilo de vida que a América do Norte e a Europa ostentavam.

Para Ratzinger, o grande perigo da TdL é que esta contém em si uma “verdade que se esconde sob o erro”, e por isso considera que

⁷ É importante destacar que o autor, no início do texto, esclarece que quando utiliza a expressão “teologia da libertação” faz referência à teologia que se apropria da “opção fundamental marxista”.

⁸ GUTIÉRREZ, Gustavo. *Teologia da Libertação: Perspectivas*. Trad.: Jorge Soares. Petrópolis: Ed. Vozes, 1976.

⁹ Teólogo luterano alemão. Bultmann fez uma separação radical entre o “Jesus histórico” e o “Jesus da fé”, negou o Magistério da Igreja e defendeu o uso da hermenêutica como forma de atualizar as Escrituras. A trilogia, *Jesus de Nazaré*, escrita por Ratzinger já como Papa Bento XVI, foi uma resposta a Bultmann.



Indubitavelmente, é preciso ter presente que um erro é tanto mais perigoso quanto maior for a proporção do núcleo de verdade que ele contém. Além disso, o erro não poderia apropriar-se daquela parte de verdade se tal verdade fosse suficientemente vivida e testemunhada em seu lugar próprio, isto é, na fé da Igreja. (MESSORI; RATZINGER, 1985, p. 135).

Este “núcleo de verdade” que a TdL, utilizando-se da análise marxista, contém, é a crítica severa ao sistema capitalista, com a qual o cardeal concorda. Ratzinger chegou a afirmar que “é infernal a cultura do Ocidente quando persuade as pessoas de que o único objetivo da vida são o prazer e o interesse privado” (MESSORI; RATZINGER, 1985, p. 146). A força de atração desta teologia se concentraria no fato de que suas críticas são verdadeiras e seus métodos parecem eficazes, coerentes com a fé cristã. É por este mesmo motivo que o marxismo é mais perigoso do que o hedonismo e o consumismo ocidentais:

É que, na ideologia marxista, aproveitando-se também a tradição judaico-cristã, transformada porém em um profetismo sem Deus, instrumentalizam-se para fins políticos as energias religiosas do homem. (...) É tal perversão da tradição bíblica que leva ao erro muitos crentes, convencidos, em boa fé, de que a causa de Cristo seja a mesma da que é proposta pelos anunciadores da revolução política. (MESSORI; RATZINGER, 1985, p. 146-147).

A TdL retoma, portanto, o antigo encontro entre fé e política, há muito evitado, teoricamente, pela Igreja.

A primeira e principal crítica de Ratzinger é, portanto, a transformação do sentido escatológico da “redenção” ou “salvação”, os quais fazem referência à vida eterna, em “libertação”, o que no caso latino-americano foi compreendido como libertação política e econômica. Além disso a nova vertente teológica foi acusada de criar uma dicotomia entre a expressão “Povo de Deus”, muito utilizada no Concílio Vaticano II, e “Hierarquia”, colocando o Clero contra os fiéis leigos; os conceitos de Deus e Revelação também teriam sido substituídos por uma hermenêutica da História, a qual seria a única capaz de validar, cientificamente, as Escrituras e até mesmo o papel de Jesus Cristo; o conceito de “Verdade”, tão caro ao dogmatismo católico, foi submetido à “Ação”, pois esta só se realizaria na História e na *práxis*, uma tentativa, portanto, de substituir a “ortodoxia” pela “ortopráxis”.

Os irmãos Boff¹⁰, em um artigo escrito na Revista Eclesiástica Brasileira (REB)¹¹, responderam com muita cautela às críticas do cardeal. Os apontamentos foram acolhidos como sendo pertinentes, porém

¹⁰ Teólogos católicos brasileiros Clodovis e Leonardo Boff.

¹¹ BOFF, Clodovis; BOFF, Leonardo. *Cinco observações de fundo à intervenção do Cardeal Ratzinger acerca da Teologia da Libertação de corte marxista*. Revista Eclesiástica Brasileira (REB), Petrópolis, v. 44, n. 173, p. 115-120, mar. 1984.



ambos não se reconheceram neles, afirmando que há um claro equívoco entre a “letra” e as “intenções” na TdL. Por outro lado, justificam a falta de compreensão do cardeal dizendo que este permanecera na lógica da “teologia clássica”; segundo eles, a TdL é apenas o desenvolvimento da teologia clássica, portanto a atual e verdadeira teologia; entretanto, os teólogos que não conseguiram perceber essa transição, também não conseguirão entendê-la na sua complexidade e nos seus objetivos. Quanto ao uso da perspectiva marxista, os Boff reconheceram que houve “certas fusões e confusões entre conceitos marxistas e teológicos”, mas esta não era a marca decisiva da TdL, sendo o marxismo apenas uma “ferramenta intelectual” que fez com que a figura do “pobre” tomasse “uma densidade material mais concreta”. Após esta autocrítica os teólogos defenderam a conveniência da TdL, pois esta vê o fenômeno da pobreza não apenas como um desafio ou uma situação econômica, mas também como uma “experiência ética, mística e teológica”.

O texto chamou a atenção de muitos teólogos; entretanto, o impacto foi relativamente leve, pois tratava-se de uma reflexão pessoal de um cardeal, não tinha poder normativo ou disciplinar. Mas, em setembro do mesmo ano, veio a público um documento oficial da *Congregação para a Doutrina da Fé*, o que representava muito mais do que um simples exercício intelectual.

Instrução sobre alguns aspectos da “Teologia da Libertação”

Em setembro de 1984 foi publicada a *Instrução sobre alguns aspectos da “Teologia da Libertação”*, o principal documento oficial da Igreja sobre este tema, cujo objetivo era:

Chamar a atenção dos pastores, dos teólogos e de todos os fiéis, para os desvios e perigos de desvio, prejudiciais à fé e à vida cristã, inerentes a certas formas da teologia da libertação que usam, de maneira insuficientemente crítica, conceitos assumidos de diversas correntes do pensamento marxista. (CPDF, 1984, Introdução).

O documento refaz uma espécie de caminho trilhado pela Igreja sobre temas sociais ao longo do século XX, o mesmo feito por muitos teólogos da libertação, onde reconheceu a situação escandalosa “das gritantes desigualdades entre ricos e pobres”, bem como denunciou a “gigantesca corrida armamentista” daquele período. Reconheceu também a legitimidade do tema da libertação e fez uma breve análise dos seus fundamentos bíblicos, recorrendo principalmente ao velho testamento, recurso também utilizado por Gustavo Gutiérrez¹². Tais temas, lembrou a *Instrução*, foram expostos pelo Magistério da Igreja em

¹² Gustavo Gutiérrez, *op. cit.*, p. 130-136.



diversos pronunciamentos pontifícios e na Constituição Pastoral *Gaudium et Spes* do Concílio Vaticano II; portanto é notável a preocupação de esclarecer que a *Instrução* trataria

Somente das produções daquela corrente de pensamento que, sob o nome de “teologia da libertação”, propõem uma interpretação inovadora do conteúdo da fé e da existência cristã, interpretação que se afasta gravemente da fé da Igreja, mais ainda, constitui uma negação prática dessa fé. (CPDF, 1984, VI; 9).

A preocupação da Igreja nesse momento era, portanto, apenas quanto à análise marxista presente em determinados modelos de TdL. Tal análise, segundo a *Instrução*, é tida como “científica” para estes teólogos e seriam, por essa razão, aplicáveis à situação latino-americana. Mas alguns elementos que a CPDF compreendia como sendo próprios e inseparáveis do marxismo não se encaixavam à perspectiva cristã, tais como a “concepção totalizante do mundo”, “o ateísmo e a negação da pessoa humana, de sua liberdade e de seus direitos” (CPDF, 1984, VII; 6 e 9), bem como a “lei da luta de classes” e “a contra-violência revolucionária” (CPDF, 1984, VIII; 6-7), elementos contrários ou incompatíveis de alguma forma com a visão de mundo cristã-católica. As características elencadas teriam conduzido a TdL de corte marxista a erros graves, como uma relevância exacerbada da História e a subordinação da fé e da teologia a critérios políticos, fatos que colocavam “em xeque a estrutura sacramental e hierárquica da Igreja”, esvaziava-a de sua “realidade específica (...), dom da graça de Deus e mistério de fé”.

A TdL era vista, portanto, como uma “nova interpretação que atinge todo o conjunto do mistério cristão”, sobretudo quanto à estrutura da Igreja e sua representatividade. Isso seria fruto de uma leitura parcial e exclusivista da Bíblia, uma “releitura essencialmente política”, que prometia uma verdadeira unidade eclesial não mais provinda de Deus, mas da revolução, da luta da “classe histórica dos pobres”; tratava-se da substituição de uma realidade escatológica por uma utópica. São erros, segundo a *Instrução*, que partem de uma reinterpretação, a partir do ponto de vista marxista, da figura do “pobre”:

Perverte-se deste modo o sentido *cristão* do pobre e o combate pelos direitos dos pobres transforma-se em combate de classes na perspectiva ideológica da luta de classes. A *Igreja dos pobres* significa então Igreja classista, que tomou consciência das necessidades da luta revolucionária como etapa para a libertação e que celebra esta libertação na sua liturgia. (CPDF, 1984, IX; 10)

Desta forma o documento denunciava uma tentativa de “amálgama pernicioso entre o *pobre* da Escritura e o *proletariado* de Marx”. Tal visão globalizante e que acabava transformando o “pobre” em “objeto de fé”, terminaria por partidarizar o cristianismo, elementos que tornam “extremamente difícil, para não dizer impossível, (...) um verdadeiro diálogo”.



O teor geral da *Instrução* é a crítica aos pressupostos teológicos da TdL, sua eclesiologia, certo relativismo da fé feito em função do conceito de luta de classes, etc. Porém, ao final do documento, pode-se notar o peso que a Guerra Fria tinha nas análises do Magistério. Nas “Orientações” da *Instrução*, a CPDF procurou mostrar que a mudança das estruturas por si mesmas, não era capaz de gerar uma sociedade melhor, para tanto mirou no exemplo soviético:

Um fato marcante de nossa época deve ocupar a reflexão de todos aqueles que desejam sinceramente a verdadeira libertação dos seus irmãos. Milhões de nossos contemporâneos aspiram legitimamente a reencontrar as liberdades fundamentais de que estão privados por regimes totalitários e ateus, que tomaram o poder por caminhos revolucionários e violentos, exatamente em nome da libertação do povo. Não se pode desconhecer esta vergonha de nosso tempo: pretendendo proporcionar-lhes liberdade, mantêm-se nações inteiras em condições de escravidão indignas do homem. Aqueles que, talvez por inconsciência, se tornam cúmplices de semelhantes escravidões, traem os pobres que eles querariam servir. (CPDF, 1984, XI; 10).

Não há, como se pode ver, uma separação clara entre as críticas teológicas dirigidas à TdL e às políticas dirigidas à União Soviética, fortemente combatida por João Paulo II; isto apesar da defesa do apoliticismo, feita pela CPDF, que a fé católica deveria apresentar.

O Pe. João Batista Libânio observou em seu artigo, intitulado *A Instrução sobre a Teologia da Libertação: Aspectos hermenêuticos*¹³, que a Igreja estava preocupada com a manutenção da fé dos países do Terceiro Mundo, sobretudo da América Latina, já que estes representariam “dentro de alguns anos a parte viva da Igreja Católica”. Porém, esse esforço foi realizado sem conhecimento básico da realidade latino-americana; o contexto europeu, nesse período, era o da secularização acelerada, a descrença ou simples indiferença religiosa começava a incomodar a Igreja e forçá-la a encontrar soluções; o mesmo não se dava na América Latina, onde as práticas religiosas continuavam fortes, a maior ameaça para a fé no contexto latino-americano não era a indiferença, mas sim a “injustiça social existente”, que se tornou “o grande perigo secularizante e ateizante”, a verdadeira ameaça à “credibilidade da Igreja” (LIBÂNIO; VÁZQUEZ, 1985, p. 163). Libânio chegou a reconhecer e citar elementos positivos contidos na *Instrução*, mas destacou o uso distorcido que setores conservadores da sociedade e da imprensa fizeram dele. Este uso poderia ser muito perigoso, pois as ditaduras militares estavam em um processo de desestabilização na

¹³ LIBÂNIO, João Batista; VÁZQUEZ MORO, Ulpiano. *A Instrução sobre a Teologia da Libertação: Aspectos hermenêuticos*. Perspectiva Teológica, Belo Horizonte, v. 17, n. 42, p. 151-178, maio/ago., 1985.



América Latina; um documento que oferecia mais medos sobre a questão do marxismo significava um suporte para o retardamento deste processo.

Comentários, artigos e capítulos inteiros de livros foram dedicados à análise deste texto; uma relação destes exigiria um trabalho maior, portanto passaremos a um breve estudo dos resultados práticos do documento, através de uma leitura da *Notificação sobre o Livro “Igreja: Carisma e Poder. Ensaio de Eclesiologia Militante” de Frei Leonardo Boff, O.F.M.*; na sequência tentaremos uma síntese interpretativa.

Notificação sobre o Livro “Igreja: Carisma e Poder. Ensaio de Eclesiologia Militante” de Frei Leonardo Boff, O.F.M.

Poucos teólogos da libertação, de fato, receberam notificações da CPDF e/ou foram condenados pessoalmente por esta. Leonardo Boff, entretanto, é um caso grave, pois além da notificação chegou a ser condenado a um ano de “silêncio obsequioso”. A razão do “silêncio” está na sua obra *Igreja: Carisma e Poder*, onde o teólogo não economizou críticas à estrutura hierárquica e burocrática da Igreja, bem como ao que ele chama de “dogmatismo”. Boff não acreditava que a Igreja fosse uma vontade explícita de Jesus, mas que tenha sido gerada de uma necessidade humana de institucionalização; se a Igreja, a partir deste ponto de vista, é apenas uma organização humana, deveria estar em constante adaptação ao tempo e ao lugar onde está presente. Considerando a mesma perspectiva, a separação entre as igrejas cristãs, principalmente entre protestantes e católicas, não teria sentido teológico; para explicar esta realidade, Boff utilizou um trecho aparentemente dúbio da *Constituição Dogmática Lumen Gentium*, do Concílio Vaticano II; Ratzinger, no texto da *Notificação*, analisou que “a subversão do significado do texto conciliar sobre a subsistência¹⁴ da Igreja está na base do relativismo eclesiológico de Boff”, o que invalidaria seu argumento sobre a essência da Igreja.

O teólogo também fez uma diferença entre “dogma” e “dogmatismo”, identificando o termo “dogma” como sendo uma realidade é válida somente “para um determinado tempo e circunstâncias”, enquanto “dogmatismo” seria quando o “dogma” excede os seus limites de validade e se torna apenas um resquício vazio da Tradição. A diferença e a ressignificação dos termos não foram aceitas, naturalmente, pela CPDF, a qual lembrou que “o sentido das fórmulas dogmáticas permanece sempre verdadeiro e coerente, determinado e irreformável”, afirmando que a “a verdade expressa pelas palavras de fé não só não oprime

¹⁴ O termo “subsistência”, oficialmente, teria sido usado no texto para dizer que as outras igrejas cristãs possuem apenas elementos eclesiais, ou seja, não são “igrejas” por completo, mas mantêm características que as aproximam da “Igreja”; enquanto isso a única Igreja de Cristo, propriamente dita, subsistiria apenas na Igreja Católica. Boff interpretou que o termo “subsistência” se relacionava ao fato de que a Igreja Católica é uma igreja ao lado das demais, sendo que a Igreja de Cristo apenas “subsiste” e não “é” pura e simplesmente a Igreja Católica.



o homem, mas o liberta”, enquanto que “uma concepção dialética e relativizante o expõe a um decisionismo arbitrário”. Tratava-se, portanto, de um embate aberto entre uma postura de conservação do “depósito da fé” contra outra que valorizava, na compreensão deste, um processo dialético da história, com acento no primado da *práxis*, elementos da análise marxista.

Por fim, foi denunciada, na *Notificação*, a apropriação do princípio de “luta de classes” na estrutura hierárquica da Igreja. Boff inseriu o conflito exposto por Marx, entre o capitalista e o trabalhador, no seio da Igreja, contrapondo o “Povo de Deus” e o “Magistério”, sendo este último o produtor dos sacramentos, ou seja, do “material simbólico”, enquanto o “Povo de Deus” seria um mero consumidor, dependente da hierarquia eclesial; era uma associação direta entre fé e sociologia. Embora tenha reconhecido o “perigo de abusos”, nos quais os fiéis poderiam ter dificuldades de participar da “vida da Igreja”, Ratzinger esclareceu:

Mas interpretar a realidade dos sacramentos, da hierarquia, da palavra e de toda a vida da Igreja em termos de produção e consumo, de monopólio, expropriação, conflito com o bloco hegemônico, ruptura e ocasião para um modo assimétrico de produção, equivale a subverter a realidade religiosa. (CPDF, 1985, p. 4).

Mais uma vez estava posto o problema considerado na *Libertatis Nuntius*, o marxismo não seria tolerado nas reflexões teológicas da Igreja.

Apesar de todo esse esforço para evitar o marxismo, algumas contradições provindas até mesmo do Papa João Paulo II chamam a atenção. O filósofo, Enrique Dussel, em seu artigo intitulado *Teología de la Liberación y Marxismo*¹⁵, faz uma comparação entre a encíclica *Laborem Exercens* (1981) e certas categorias de análise marxista. Dussel observou que a encíclica possuía um “conocimiento muy inteligente de Marx” e identificou algumas coincidências quase literais entre um e outro. Por exemplo, um trecho do número seis da encíclica: “Algunos trabajos realizados por el hombre pueden tener un *valor* objetivo..., sin embargo...ellos se miden con el metro de *la dignidad del sujeto* mismo del trabajo, o sea de la persona.” (ELLACURÍA; SOBRINO, 1990, p. 138), comparado com um trecho do *Grundrisse* de Marx: “El trabajo como *pobreza absoluta*...existe sin mediación, ... y sólo puede ser una objetividad no separada de la *persona*, (...) de la *persona viva* de un ser humano” (ELLACURÍA; SOBRINO, 1990, p. 138); se até mesmo o Papa, em um texto oficial, demonstrou domínio e se utilizou de um vocabulário próprio de Marx, por que a teologia da libertação latino-americana não pôde fazer o mesmo? O caso de Leonardo Boff era específico, pois a própria essência da Igreja Católica foi questionada; mas as observações que Ratzinger faz da obra não se dissociam do uso que este faz do marxismo, como o “materialismo dialético” ou o princípio da “luta

¹⁵ In: ELLACURÍA, Ignacio; SOBRINO, Jon (Orgs.). *Mysterium Liberationis: Conceptos fundamentales de la teología de la liberación*. Tomo I. Madrid: Ed. Trotta, 1990. p. 115-144.



de classes”; o momento no qual a *Laborem Exercens* foi publicada não era neutro, pois o começo da década de 1980 também fora o começo da perseguição sistemática à Teologia da Libertação. Considerando que Dussel deu apenas um exemplo dos muitos que o mesmo disse poder encontrar, tais fatos parecem obscuros ou até mesmo contraditórios; vamos procurar um caminho para elucidá-los.

O Pensamento de Joseph Ratzinger na Raiz da Perseguição

O Cardeal Ratzinger, enquanto procurava se afastar da TdL, utilizava-se das suas bases em várias intervenções, da mesma forma que João Paulo II; por exemplo, quando disse:

A Teologia tenta responder (...) ao problema mais dramático do mundo hoje, isto é, o fato de que, apesar de todos os esforços, o homem não está redimido, não é de forma alguma livre; pelo contrário, conhece uma crescente alienação. E isso transparece em todas as atuais formas da sociedade. A experiência fundamental de nossa época é justamente a da ‘alienação’ (...). É a experiência de uma humanidade que se separou de Deus e, dessa forma, não encontrou a liberdade, mas tão somente a escravidão. (MESSORI; RATZINGER, 1985, p. 133).

A mesma ideia se encontra elaborada no seu artigo, intitulado *Política y Salvación: Acerca de la relación de la fe, lo racional y lo irracional, en la llamada Teología de la Liberación*¹⁶ (1987), onde, nas primeiras linhas, afirmou:

Cuando hay hombres que padecen hambre y mueren de hambre; cuando su pobreza y su impotencia son también privación de derechos; cuando hay niños que nacen con un futuro sin esperanza a la vista, se hace difícil afirmar que han sido “salvados”. A la luz de este trasfondo debe entenderse la teología de la liberación. (RATZINGER, 1987, p. 1).

Por isso é necessário compreender os detalhes das críticas do Cardeal acerca da TdL, para entender o que, de fato, fez Roma se manifestar com tanta ênfase. Dividiremos as análises de Ratzinger em dois grupos temáticos (embora pudessem ser ampliados).

A Teologia da Libertação e seus aspectos culturais: Ratzinger observou que, apesar de a América Latina ser considerada o berço da TdL, esta “não é, de forma alguma, um produto autóctone”, mas que

Europeus são os teólogos que a iniciaram, europeus ou educados em universidades europeias são os teólogos que a fazem crescer na América do Sul. Por trás do espanhol e

¹⁶ In: Revista *Tierra Nueva* 60, (1987) p. 38-51. A versão do texto utilizada neste artigo foi retirada da Internet. Disponível em: <https://www.aciprensa.com/apologetica/teologia/salvacion.htm>



do português dessa pregação, pode-se perceber, na realidade, o alemão, o francês e o anglo-americano. (MESSORI; RATZINGER, 1985, p. 145).

Nesse sentido, seria muito importante um estudo mais aprofundado sobre a influência que a Universidade Católica de Lovaina (belga) e, especificamente, o teólogo François Houtart, tiveram na formação de teólogos como Gustavo Gutiérrez, Juan Luis Segundo, Clodovis Boff, entre outros. Além desta ligação, Ratzinger citou em seu artigo, *Política y Salvación*, o texto do filósofo colombiano Ricardo Veléz Rodríguez, chamado *Messianismo Político e Teologia da Libertação*¹⁷, o qual buscou as origens da TdL no conceito de “religião civil” de Rousseau (1712-1778) e, através deste, nas obras de Saint-Simon (1760-1825), segundo o qual a religião deveria impulsionar a igualdade social, e Hugo Lamennais (1782-1854), que destacou o papel de libertação política da religião; todos teriam concebido, a seu modo, maneiras de utilizar a religião de forma imanente, como um meio que teria apenas a função de ordenar e pacificar o contexto social. A TdL, portanto, seria apenas mais uma tentativa de adaptação do pensamento europeu à realidade latino-americana, e não uma construção totalmente original.

A Teologia da Libertação e seus aspectos políticos: diferente do Papa Paulo VI (1963-1978), o qual tentou manter boas relações com os países comunistas¹⁸, João Paulo II (1978-2005), testemunha da opressão do regime comunista na Polônia, fez tudo o que estava ao seu alcance para derrubar a “cortina de ferro”, principalmente em seu país de origem. A América Latina, como já foi visto mais acima, não poderia sofrer os mesmos processos revolucionários, mesmo que, para isso, o Vaticano tivesse que se aliar aos Estados Unidos. A Revolução Cubana (1959), no entanto, mostrava-se uma porta de entrada do comunismo para todo o continente; curiosamente, em uma viagem feita à Cuba em 1985, Frei Betto relatou que, em uma conversa com Fidel Castro, ele teria dito que “a Teologia da Libertação é mais importante que o marxismo para a revolução latino-americana”¹⁹; acrescenta-se a isso a seguinte reflexão de Gustavo Gutiérrez:

Conceber a história como processo de libertação do homem é perceber a liberdade como conquista histórica, é compreender que a passagem de uma liberdade abstrata a uma liberdade real não se realiza sem luta – cheia de escolhos, de possibilidades de extravios e tentações de evasão – contra tudo o que oprime o homem. Este fato implica não apenas melhores condições de vida, radical mudança de estruturas, revolução social, mas muito

¹⁷ In: Revista Internacional de Teologia e Cultura *Communio* 6 (1983): 32-61.

¹⁸ Conf.: MATTEI, Roberto De. *O Concílio Vaticano II: Uma história nunca escrita*. Trad.: Maria José Figueiredo. São Paulo: Ed. Caminhos Romanos, 2012. p. 486-490.

¹⁹ Frei Betto. *O Paraíso Perdido*. Ed. Geração, 1993. p. 166.



mais: a criação contínua e sempre inacabada de nova maneira de ser do homem, uma *permanente revolução cultural*. (GUTIÉRREZ, 1975, p. 40).

Os convites à “revolução social” e “cultural” presentes na reflexão teológica do sistematizador da TdL não passariam despercebidas pelo Vaticano. Tratava-se, portanto, de uma luta política em campo teológico. A partir disso, pode-se compreender que quando o Magistério da Igreja utilizou algumas perspectivas de análise marxistas, o fez acreditando que estas estavam esvaziadas de teor ideológico, enquanto na América Latina as mesmas estavam embebidas de uma conotação verdadeiramente revolucionária. O teólogo Clodovis Boff, outrora importante promotor da TdL ao lado de seu irmão, Leonardo Boff, entrevistado pela *Folha de S. Paulo* em março de 2013²⁰, fez uma profunda autocrítica, confirmando que muitas vezes a TdL se degenerou em ideologia²¹.

Ratzinger, por sua vez, percebia a relação entre teologia e política, no caso da TdL, como um erro fundamental:

La falla propiamente teológica me parece que está en la ordenación sistemática del problema político-social, el cual no puede encontrar su lugar apropiado en la doctrina de la salvación, a partir de la lógica y de las posibilidades de la teología. (RATZINGER, 1987, p. 12).

Segundo ele, a junção entre teologia e política só poderia gerar uma “utopia”, cuja divindade própria é a história, onde supostamente se realiza. Através desta união, não será mais Deus aquele que trará um mundo melhor, o Paraíso, mas o homem pobre e oprimido que, em sua luta histórica, conseguirá alcançar tal estado de bem-estar por si mesmo. Ratzinger procurou esclarecer porque esta mudança é errônea:

En el intento teológico de la liberación de poner en juego la utopía como campo medio entre la razón empírica y la fe, se percibe algo justo, pero erróneamente aplicado, por cuanto el predominio de la utopía se traga la razón, y a la fe la vacía de contenido. (RATZINGER, 1987, p. 15).

Tratava-se, portanto, de um erro que esvaziava a fé, por um lado, e “engolia” a razão, por outro. Mas, neste sentido, Ratzinger elaborou uma consideração importante. Embora não reconhecesse que a TdL tivesse raízes latino-americanas, como visto anteriormente, afirmava que

²⁰ Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/mundo/2013/03/1244071-essencia-da-teologia-da-libertacao-foi-defendida-pelo-papa-diz-irmao-de-leonardo-boff.shtml>

²¹ Em 2007, Clodovis Boff publicou um artigo na Revista Eclesiástica Brasileira (REB) afirmando que o erro de fundo da TdL fora ter feito da “opção pelos pobres” seu eixo epistemológico, realizando, desta maneira, uma “viragem antropológica”, ou seja, quando “o princípio de base operativo da teologia deixa de ser Deus e passa a ser o pobre”. Conf.: BOFF, Clodovis. *Teologia da Libertação e Volta ao Fundamento*. Revista Eclesiástica Brasileira, 268 (2007), p. 1001-1022.



En ninguna otra parte, la fusión entre la religión y la política, entre la fe y la utopía, podría desarrollar una evidencia tan inmediata y un poder de penetración tan claro, emocional e intelectual, como en Latinoamérica, llena de religiosidad vital y de problemas sociales y políticos elementales, y ambas cosas entrelazadas en una vieja tradición teo-política. (RATZINGER, 1987, p. 11-12).

A raiz da TdL poderia não ser europeia, mas seus galhos, folhas e frutos só poderiam ter se desenvolvido na América Latina. Seria o primeiro passo de um reconhecimento de autonomia teológica latino-americana? Qual foi o papel que esta originalidade teológica teve na produção intelectual do cardeal? Estas reflexões serão feitas em uma pesquisa posterior.

Conclusões

Como as intervenções da CPDF e do Cardeal Ratzinger interferiram na produção intelectual dos teólogos da libertação? Evidentemente a perseguição representou obstáculos muito difíceis e, de certa forma, atrasou o desenvolvimento e a maturidade da TdL na América Latina; mas a Igreja, como instituição universal, acabou gerando resultados que foram além dos mais óbvios. Por exemplo, Clodovis Boff, em seu artigo *Epistemologia y Metodo*²², disse que “Con sus documentos oficiales sobre la teología de la liberación, dirigidos a toda la Iglesia, Roma ha contribuido decisivamente a transformar esta teología en teología universal, es decir, ‘católica’” (ELLACURÍA; SOBRINO, 1990, p. 83); a perseguição, ao menos, contribuíra para a divulgação, a nível global, da TdL. Por outro lado, as críticas do Magistério, embora pouco construtivas em muitos aspectos, ajudaram a posterior autocrítica de vários teólogos da libertação, oportunidades de amadurecimento teológico e intelectual.

Outra observação que consideramos importante: as análises de Ratzinger são coerentes e possuem argumentos sólidos. O medo manifestado pela Igreja de que a TdL pudesse ser um auxílio aos projetos revolucionários na América Latina, apoiados pela União Soviética, tinha fundamento, assim como também era real o contra-argumento de que setores da Direita se aproveitaram das críticas da Igreja à TdL; a politização do período era praticamente inevitável. Mas findada a URSS, imediatamente as críticas da Igreja se voltaram contra os Estados Unidos, sobretudo com relação às guerras no Oriente Médio; vale recordar, da mesma forma, que Ratzinger, após ser eleito Papa, chegou a nomear para um dos postos mais importantes da Igreja, o de Prefeito da CPDF (seu antigo cargo), um discípulo de Gustavo Gutiérrez, o bispo alemão Gerhard Ludwig Muller. O medo da ideologia e politização somado às enormes diferenças culturais entre

²² In: ELLACURÍA, Ignacio; SOBRINO, Jon (Orgs.). *Mysterium Liberationis: Conceptos fundamentales de la teología de la liberación*. Tomo I. Madrid: Ed. Trotta, 1990. p. 79-113.



América Latina e Europa, portanto, estão na raiz do desentendimento teológico da década de 1980; contudo, o tempo e a crescente abertura de ambas as partes enriqueceram o pensamento social da Igreja Católica no final do século XX e abrem cada vez mais perspectivas neste início de século.

Referências Bibliográficas

BERNSTEIN, Carl; POLITI, Marco. *Sua Santidade: João Paulo II e a História Oculta de Nosso Tempo*. Trad.: M. H. C. Côrtes. Rio de Janeiro: Ed. Objetiva, 1996.

BOFF, Clodovis; BOFF, Leonardo. *Cinco observações de fundo à intervenção do Cardeal Ratzinger acerca da Teologia da Libertação de corte marxista*. Revista Eclesiástica Brasileira (REB), Petrópolis, v. 44, n. 173, p. 115-120, mar. 1984.

BOFF, Clodovis. *Teologia da Libertação e Volta ao Fundamento*. Revista Eclesiástica Brasileira, 268 (2007), p. 1001-1022.

CONGREGAÇÃO PARA A DOCTRINA DA FÉ. *Instrução sobre alguns aspectos da teologia da libertação*. São Paulo: Paulinas, 1987.

CONGREGAÇÃO PARA A DOCTRINA DA FÉ. *Notificação sobre o Livro “Igreja: Carisma e Poder. Ensaios de Eclesiologia Militante” de Frei Leonardo Boff, O.F.M.*. Disponível em: http://www.vatican.va/roman_curia/congregations/cfaith/documents/rc_con_cfaith_doc_19850311_notif-boff_po.html. Acesso: agosto/2016.

ELLACURÍA, Ignacio; SOBRINO, Jon (Orgs.). *Mysterium Liberationis: Conceptos fundamentales de la teología de la liberación*. Tomo I. Madrid: Ed. Trotta, 1990.

GUTIÉRREZ, Gustavo. *Teologia da Libertação: Perspectivas*. Trad.: Jorge Soares. Petrópolis: Ed. Vozes, 1976.

LIBÂNIO, João Batista; VÁZQUEZ MORO, Ulpiano. *A Instrução sobre a Teologia da Libertação: Aspectos hermenêuticos*. Perspectiva Teológica, Belo Horizonte, v. 17, n. 42, p. 151-178, maio/ago. 1985.

MATTEI, Roberto De. *O Concílio Vaticano II: Uma história nunca escrita*. Trad.: Maria José Figueiredo. São Paulo: Ed. Caminhos Romanos, 2012.

MESSORI, Vittorio; RATZINGER, Joseph. *A Fé em Crise?: O Cardeal Ratzinger se interroga*. Trad.: Pe. Fernando José Guimarães. São Paulo: E.P.U., 1985.



RATZINGER, Joseph. *Política y Salvación: Acerca de la relación de la fe, lo racional y lo irracional, en la llamada Teología de la Liberación.* Disponível em: <https://www.aciprensa.com/apologetica/teologia/salvacion.htm>. Acesso: julho/2016.